

CÓDIGO FLORESTAL EM RISCO

Roberto Rodrigues*

No último dia 18 de abril o Ministro Luís Fux, do Supremo Tribunal Federal comandou uma audiência pública no plenário do STF para discutir quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) contra o Código Florestal (Lei 12.651/2012) das quais três foram movidas pela Procuradora Geral da República (interina) Sandra Cureau e uma pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

A lei já está em vigor há 4 anos e sua anulação, mesmo em parte, representaria uma perda para o país.

Ninguém acha que a lei é perfeita. Ao contrário, ambientalistas e produtores rurais gostariam de mudar muitos de seus dispositivos. Mas foi o resultado democrático possível depois de longos anos de negociação na Câmara dos Deputados, especialmente sob a batuta do relator Aldo Rebelo, que realizou dezenas de audiências públicas em todo o país, ouvindo os setores interessados direta ou indiretamente na legislação. E tem um mérito indiscutível: acabou com a ilegalidade na qual estava mergulhada a maioria dos produtores rurais. E criou o Cadastro Ambiental Rural, instrumento que possibilitará ao Estado brasileiro ter o controle às informações da efetiva utilização do território nacional; instituiu o Programa de Regularização Ambiental que viabilizará a regularização definitiva dos passivos ambientais; e ainda sinalizou com o Pagamento por Serviços Ambientais, destinado a recompensar aqueles que fazem tudo certo ao invés de apenas punir quem faz errado.

Dirigida com imparcialidade pelo Ministro Luis Fux, relator do processo, ficou clara na audiência pública a enorme distância entre os diferentes depoentes, uns lutando por tornar sem efeito alguns artigos da lei, outros trabalhando pela sua manutenção integral, e outros, ainda, apontando o bom senso indispensável que deve nortear a decisão do STF. Entre estes últimos ressaltou-se o depoimento do Dr Édis Milaré, jurista reconhecido por seu conhecimento do tema. A seguir alguns trechos de sua importante fala:

"Equilíbrio ecológico não é equivalente a ambiente intocável..." E segue: "Se é certo que o desenvolvimento não pode ser considerado isoladamente da proteção ambiental, igualmente certo é que a proteção ambiental não pode significar aniquilação do desenvolvimento. É falso o dilema "ou desenvolvimento ou meio ambiente", na medida em que, sendo este fonte de recursos para aquele, ambos devem harmonizar-se e complementar-se"...

"E, diga-se novamente, não se está aqui a discutir qual é a melhor lei para a proteção ambiental, qual a lei que garante um Brasil mais verde. A discussão ora travada é se a Lei Florestal aprovada em 2012 é suficiente ou não para garantir o equilíbrio ecológico de acordo com o mandamento constitucional.

Nesse contexto, é inegável que a nova legislação, embora não encerre obra perfeita, muitos avanços promoveu nos quase quatro anos em que se encontra em vigor”... Continua, mais à frente:

"Numa palavra: passa-se de uma política meramente de comando e controle, adstrita à coerção das condutas indesejáveis, para outra de conscientização e educação ambiental. Isto é, troca-se o chicote pela conversa e a caneta pelo convencimento."

E finaliza: "À luz dessas breves considerações, quer nos parecer que fatiar uma lei, retirando-lhe a necessária eficácia, depois de já transcorrido quase um lustro de vigência, sem notícias concretas de que um quadro caótico tenha sido instaurado no País, representaria inegável retrocesso, reforçando uma tradição de insegurança jurídica que tanto mal tem nos causado".

Palavras judiciosas!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**